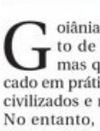
PLANO DIRETOR DE GOIÂNIA

Planejamento para os poderosos

Desrespeito ao Plano Diretor e falta de fiscalização fazem de Goiânia uma das cidades mais desiguais do mundo



Welliton Carlos
Da editoria de CIDADES

Goiânia tem um conjunto de normas belíssimas que se fosse colocado em prática seríamos mais civilizados e menos desiguais. No entanto, é considerada a décima cidade mais desigual do mundo e a campeã do Brasil. A lei em questão é o Plano Diretor — a norma mais polêmica do município e que hoje levanta um dos principais debates públicos da Capital.

No final de dezembro, a Prefeitura de Goiânia enviou emenda à lei para a Câmara Municipal de Goiânia, mas o Ministério Público, imprensa e sociedade impediram que o Plano Diretor fosse modificado no apagar das luzes do ano.

O Ministério Público de Goiás (MP-GO) espera que a Prefeitura faça agora o correto: envie as modificações do Plano para a deliberação dos vereadores e que seja realizada ao menos duas audiências públicas para discuti-las. "O problema não é o conteúdo. É a forma que tentaram aprovar as mudanças", explica Maurício Nardini, promotor de Justiça que atua na área de urbanismo e meio ambiente na Capital.

Conforme Nardini, basta a população participar da tomada de decisões. Até o momento, não é intenção do promotor questionar o conteúdo da norma — que estaria dentro do esperado. Mas é verdade também que o promotor gostaria de ver inúmeras regras do Plano Diretor em prática: por exemplo, uma maior participação popular a partir de instrumentos como plebiscito e a criação do Instituto de Planejamento Urbano — previsto na norma que rege a Capital, mas ignorado pelo Poder Público.

DANILO BUENO

Centro de Goiânia: lei garante a revitalização, mas na prática é espaço de lamentos para mendigos

Está em voga um movimento no mundo que pede maior igualdade entre os moradores de uma mesma cidade. Ou seja, oferta de direitos fundamentais e sociais, além de relacionamentos mais democráticos. É a Constituição Federal de 1988 que traz em sua estrutura o princípio básico para a igualdade urbana. Ou seja, a justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização. Toda propriedade tem, por exemplo, uma função social.

Jonh Mivaldo, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), no caso das recentes mudanças propostas pelo Poder Executivo, enxerga limitação extrema nos direitos do cidadão. "Tentam a todo momento atropelar o que foi proposto no Plano Diretor formulado há seis anos. Não bastasse, essa gestão faz tudo para não colocar em prática o que se propõe na lei."

Mivaldo foi um dos que denunciaram as manobras da Prefeitura de Goiânia para aprovar a qualquer custo as mudanças do Plano Diretor.

Outra voz dissonante que combate as mudanças conjecturais do Plano para atender determinados segmentos empresariais goianos é o vereador Djalma Araújo. Para o vereador, a cidade não pode ser suporte da especulação imobiliária. Ele cita, por exemplo, o crescimento desordenado que ocorre na região Norte da Capital.

Djalma critica o adensamento populacional que irá criar gargalos no trânsito. "Não é possível que a Prefeitura seja conivente com isso."

O vereador é um dos que mais se debateram contra as mudanças recentes enviadas pelo prefeito Paulo Garcia.

Procurada pela reportagem, a Prefeitura de Goiânia informou que não está em discussão neste momento o Plano Diretor. A nova gestão, inciada em janeiro, ainda não tomou pé da resolução da proposta rejeitada pela Câmara Municipal.

Uma das funções do Plano Diretor é contribuir para a minimização do quadro de desigualdade urbana. Quando implementado de forma eficaz, torna-se instrumento de justiça social.

Entretando, não é o que ocorre em Goiânia. "Existe um interesse muito grande em usar esta lei para especular e atender grupos. Não faltam manobras, como redução de impostos", diz o advogado Luís Sérgio, que atua com direito imobiliário e questiona a ausência na cidade do imposto progressivo.

A CIDADE DAS ELITES

Desigualdade

As Nações Unidas (ONU) apontam Goiâna como a cidade mais desigual do Brasil e uma das maiores do mundo. Motivo: concentração de renda e baixa qualidade de vida. As regras urbanísticas da cidade indicam muito sobre esses números. Existe muita qualidade de vida para os mais ricos, mas poucas políticas públicas para garantir os mesmos diretos aos demais moradores. Ocorre uma verdadeira guetificação das áreas mais distantes, como região Noroeste da Capital, tornado a cidade insustentável.

JOTA EURIPEDES

Lei ineficaz

Criar instrumento legal que exija dos empreendedores de edificações de grande porte, e de outros responsáveis por atividades que exijam grande consumo de água, a implantação de instalações para reutilização de água para fins não potáveis e priorizar os deslocamentos não motorizados sobre os motorizados, dos deslocamentos coletivos sobre os individuais e dos descolamentos das pessoas sobre os bens e mercadorias. Eis algumas das centenas de normas não cumpridas pelo poder Público, que ajuda a perpetuar a imagem de cidade desigual. Goiânia é a cidade do transporte individual, mas não se trata de ciclovias. E sim de carros vazios e milhares de motos.

DEMAN DUARTE

Adensamento

O artigo 69 do Plano Diretor diz que a administração pública deve "reconhecer o Orçamento Participativo como instância direta de discussão sobre as questões da cidade, no âmbito local e regional". No entanto, a população não é chamada para debater sequer aspectos como a construção do shopping Passeio das Águas, que afrontaria as regras ambientais do município, conforme diz o vereador Djalma Araújo. Em muito breve, a região que concentra as maiores matas de Goiânia estará como o setor Bueno, inabitável devido a quantidade de prédios e carros.

ANSELMO JARBAS

Plano sem participação popular

A principal discussão referente ao Plano Diretor de Goiânia diz respeito a falta de participação popular em sua aplicação. A norma complementar manda o Poder Público abrir espaço para que a população atue tanto no orçamento da cidade quanto nas decisões que entender pertinente. Mas nada disso é colocado em prática.

Conforme Maurício Nardini, promotor público da área de urbanismo, a grande interrogação do plano é esta ausência da participação popular, que inexiste também em muitas outras cidades brasileiras.

Inspirado no Estatuto das Cidades, os Planos Diretores são normas que extrapolam a preocupação urbanística. É quase um comando de vida, uma segunda constituição dos municípios. Estudioso dos planos diretores que já foram colocados em prática em Goiânia, Nardini enxerga um grande avanço no estabelecimento de participação popular, mas reconhece, entretanto, que a ausência da prática interfere no princípio democrático que deve ser regra no município.

ADALBERTO RUCHELLE

Maurício Nardini: de olho na forma e participação popular

ANDRE SADDI

John Mivaldo: cidade planejada para a especulação

O presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), John Mivaldo, reitera que existe a necessidade de chamar ao debate a própria população, caso contrário o governo torna-se um tirano que faz da cidade o que bem entende.

A preocupação com os aspectos democráticos dos municípios é emergente. Uma disicplina da pós-graduação de Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG), por exemplo, comandada pelo pesquisador Pedro Célio, trata exatamente da relação das cidades com as garantias de direitos do cidadão.

Entra neste debate o Plano Diretor, que deve ser um instrumento para garantir direitos.

Em recente encontro na faculdade com alunos de mestrado e doutorado que pesquisam as cidades, o urbanista John Mivaldo afirmou que as modificações urbanísticas na maioria das vezes atende apenas a um grupo de interessados — os grupos econômicos. Mivaldo é incisivo na ideia de que quem comanda Goiânia está desejoso em atender as elites, fato que só comprova a tese das Nações Unidas (ONU), de que Goiânia é líder mundial em desigualdade e não o contrário.

Goiânia é constantemente palco de modificações em sua estrutura urbanística. Tais alterações visam atender a especulação mobiliária e investidores. As ações políticas unem a criação de parques, por exemplo, em lugares que, por incrível que pareça, ocorrerá em muito breve um 'boom' imobiliário, com vendas de apartamentos e moradias, cujo melhor exemplo é o parque instalado ao lado do lago do Macambira Anicuns.

Norma prevê programa para recuperar centro de Goiânia

Recente pesquisa realizada pela Rede Nacional de Avaliação, que surgiu dentro do Ministério das Cidades, mostra que os Planos Diretores foram instituídos a contento, entretanto as normas custam a sair realmente do papel.

O grupo de pesquisa avaliou que o conteúdo dos planos já aprovados incorporaram em sua maioria os princípios democráticos. Foram analisados 526 relatórios municipais de Planos Diretores.

Os estudos de caso, entretanto, demonstraram que existe muito a ser feito. O caso de Goiânia é um dos mais emblemáticos.

Um dos primeiros artigos da norma trata do Programa de Reabilitação e Requalificação do Centro.

Conforme diz o Plano, é para a Prefeitura revigorar a função de pólo regional de serviços administrativos, de serviços, de apoio à economia local e regional e de serviços sócio-culturais a toda comunidade. No entanto, o Centro segue um ritual de puro abandono.

Os buracos provocados pela baixa qualidade da massa asfáltica e chuvas que criam crateras na periferia chegaram no Centro e bairros vizinhos, tornando o ambiente todo degradado — espaço ideal para o desenvolvimento da criminalidade. Nem só a Polícia Militar (PM) deve combater o crime.

Um ambiente desmoronado e esquecido, por exemplo, propicia o surgimento de delinquentes que enxergam na falta de cuidado do poder público o sinal de que podem agir no local. É a Teoria das Janelas Quebradas, que motiva inúmeras pesquisas em ambientes relegados ao esquecimento.

Outro ponto relegado do Plano Diretor diz respeito aos cuidados com o meio ambiente. O Plano Diretor prevê o Programa de Preservação e Controle da Poluição que objetiva o monitoramento permanente da qualidade da água, ar, solo e dos espaços ocupados. As recentes propostas de atração de indústrias para Goiânia, propostas pelo Poder Executivo, vão exatamente contra um programa que jamais foi colocado em prática. Ao incitar a degradação do meio ambiente, os gestores corrompem a ideia de cidade sustentável e lançam uma campanha para destruir de vez o pouco que resta.